



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



TERMO DE REFERÊNCIA

1 – INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem o intuito de descrever as condições gerais para contratação de empresa especializada na organização, produção e execução da Feira 'Black Progresso 2025' em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e outros, no Município de Novo Progresso-PA, a ser realizado no dia 26 e 28 de novembro de 2025, na CDL

2. DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por finalidade a contratação de empresa especializada para organização, produção e execução da Feira 'Black Progresso 2025' em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e outros, no Município de Novo Progresso-PA, a ser realizado no dia 26 e 28 de novembro de 2025, na CDL, durante o dia todo.

O evento inicia uma jornada de boas práticas de negócios, empreendedorismo, parcerias e serviços públicos colocados à disposição da população em geral, para fomentar o comércio e aquecer a economia local. Dentre os serviços oferecidos estão: promoções e descontos em produtos, sala do empreendedorismo, palestras, oficinas e workshop, balcão de negócios, serviços de consulta gratuita a sistema de crédito, renegociação de dívidas e 'limpeza de nomes', entre outros. Como resultado pretendidos: estímulo ao comércio local; facilitação de crédito e renegociação de débitos; atendimento jurídico comunitário; regularização de MEIs; orientação documental e acesso a serviços públicos digitais e capacitação profissional para jovens. Portanto, trata-se de ação de interesse público, com impacto econômico e social direto, reforçando políticas municipais de desenvolvimento e inclusão.

O público estimado para o evento é de 1.000(um) mil pessoas.

A contratação será formalizada por meio da empresa especializada, C. DOS PRAZERES, CPNJ nº40.051.718/0001-21.

2.2. Da classificação do objeto:

2.2.1. O objeto a ser contratado é de natureza especial, dada sua natureza eminentemente subjetiva e sua heterogeneidade nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Do prazo de vigência:

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A solução proposta é a contratação da empresa especializada no serviço de organização, execução, acompanhamento, montagem, desmontagem e manutenção de toda a infraestrutura demandada, transportes, hospedagem, apoio logístico, staff (profissionais), através de seu representante exclusivo C. DOS PRAZERES, CPNJ nº40.051.718/0001-21, que deverá apresentar toda a documentação exigida para enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação (menor preço), nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e a observância das aferições de planejamento prévio na fase interna do certame, constantes do respectivo Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para a presente contratação, considera-se imprescindível a observância de requisitos legais que assegurem a eficiência, a segurança e a plena conformidade com as normas vigentes. A contratação direta de empresa especializada, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, exige a apresentação de requisitos específicos, de modo a garantir a legalidade, a viabilidade e a legitimidade do processo.



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Como base de levantamento de preços, foi realizada uma pesquisa em fontes oficiais e confiáveis, como o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (<https://www.tcm.pa.gov.br>) e o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), com o objetivo de identificar contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública.

O levantamento identificou que diversos municípios vêm adotando a modalidade de inexigibilidade de licitação para a contratação de empresa especializada, principalmente em casos em que há representação exclusiva e inviabilidade de competição, como previsto no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Os dados obtidos evidenciam que a contratação da exclusividade pela empresa C. dos Prazeres, encontra-se dentro dos padrões de preço praticados no mercado para um único dia de evento, levando-se em consideração a organização, execução, acompanhamento, montagem, desmontagem e manutenção de toda a infraestrutura demandada, hospedagem, transportes, apoio logístico, staff (profissionais)

Além disso, o Estudo Técnico Preliminar, que compõe o presente processo, aponta que a melhor solução para atender à necessidade da Administração Municipal é justamente a contratação por inexigibilidade, uma vez que o objeto está diretamente vinculado à especialidade dos serviços e o prejuízo da individualização das etapas, sendo inviável a realização de licitação comum.

Portanto, diante do levantamento realizado e da análise técnica e comparativa com contratações similares, constata-se que a solução adotada – contratação direta por inexigibilidade de licitação – é a mais eficiente, adequada e vantajosa, atendendo plenamente aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

Exemplos de Licitações com objetos similares para um único dia de evento:

Município	Processo	Objeto	Fonte
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELISEU	Nº do Processo Administrativo: 01109001/25/	contratação de empresa especializada na realização de rodeio, incluindo todas as atividades, serviços, equipamentos, infraestrutura, equipe técnica e suporte necessários para a realização de um evento de rodeio na 22ª EXPO Dom Eliseu, que acontecerá no período de 28 de setembro a 05 de outubro 2025 em dom Eliseu- PA, em atendimento a secretaria municipal de educação, esporte, cultura e lazer. fundamentado no art. 74, inciso I, da lei 14.133/21.	https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/licitacoes/ficha/4206947
Prefeitura Municipal de Altamira	Processo Administrativo: 2205001/2025/CGL/ATM	Contratação Direta por inexigibilidade da empresa MVU empreendimentos para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para realização da 4ª Edição do “Chocolat Festival Xingu” no Município de Altamira-PA.	https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/licitacoes/ficha/4154115#licitacao



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação refere-se à realização de 02 (duas) apresentações, a ser realizado no dia 26 e 28 de novembro de 2025, na cidade de Novo Progresso.

A estimativa de valor tem como base a proposta apresentada pela empresa C. DOS PRAZERES, CPNJ nº 40.051.718/0001-21, representante exclusiva da banda, a qual detalha os custos envolvidos:

R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

7. INFORMAÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

a) Descrição de categoria de investimento:

- () Aquisição
- (x) Serviços Gerais
- () Serviços Comuns de Engenharia
- () Outros Forma de Contratação.

b) Critério de Julgamento:

- (x) Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico:

c) Modalidade ou Procedimento:

- (x) Inexigibilidade - Art. 74, da Lei nº 14.133/2021.



8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

8.1 A CONTRATADA será responsável pela organização, produção e execução da Feira 'Black Progresso 2025', no Município de Novo Progresso-Pará.

8.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto nas seguintes condições:

- a) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- c) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- d) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- e) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



- f) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À CONTRATATAÇÃO:

9.1. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

9.1.1. Prova da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.2. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ainda que em documento unificado;

9.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da Licitante;

9.1.4. Atenham-se os licitantes que, para os Estados que ainda não emitem Certidão Unificada de regularidade fiscal, deverão ser apresentadas tanto a certidão expedida pela Secretaria de Fazenda quanto pela Procuradoria Geral do Estado, ou outros órgãos correlatos, que atestem a inexistência de créditos tributários ou não tributários inscritos ou não em Dívida Ativa;

9.1.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da Licitante;

9.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

9.1.7. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2 Das Declarações:

a) que a CONTRATADA cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

b) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal; e

c) que a CONTRATADA tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.3. Cópia da consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

9.3.1 Todas as declarações exigidas para a habilitação da pessoa jurídica ou física interessada, deverão estar assinadas por seu responsável legal e, preferencialmente, elaboradas em papel timbrado.

9.4. Documentação Específica para Inexigibilidade:

9.4.1 Contratação, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação do empresário do profissional do setor artístico, no País ou em Estado Específico (Art. 74, II).





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto/prestação dos serviços, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela Prefeitura Municipal de Novo Progresso/PA, em conformidade com artigo 141 da Lei Federal n° 14.133/2021.

10.2. A CONTRATADA deverá apresentar as notas fiscais eletrônicas correspondentes a execução do objeto deste termo, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo agente público designado pela Administração.

10.3. Após o ATESTO dos agentes público responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento das Notas Fiscais, mediante Ordem Bancária.

10.4. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, rasuras ou imperfeições, será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, reabrindo-se o prazo de pagamento após a reapresentação.

10.5. A CONTRATADA deverá apresentar as seguintes documentações para fins de pagamento:

10.5.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ainda que de modo unificado;

10.5.2. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais, da sede da Licitante;

10.5.3. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais, da sede da Licitante;

10.5.4. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

10.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.6. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, devendo a CONTRATADA ficar responsável pela conferência de tal validade.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.8. O CNPJ/MF da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

10.9. O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pela Administração.

10.10. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Execução incorreta ocorrida nos serviços; e
- b) Existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE

10.11. Na emissão das notas fiscais para pagamento, a CONTRATADA deverá observar:





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



10.11.1. O disposto na legislação tributária nacional, estadual e do Município de Novo Progresso/PA; e

10.11.2. As regras de retenção do Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e na legislação do Município de Novo Progresso/PA.

11. OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.

11.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

11.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho.

11.4. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato.

11.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

11.6. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

11.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Novo Progresso/PA, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

11.9. Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à CONTRATADA: recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

11.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e respectivo Contrato Administrativo.

11.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.12. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato Administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência e respectivo Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2. Manter preposto aceito pela Administração para interlocução da execução do objeto.

12.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para a execução do objeto.

12.3. Executar o objeto contratado no local e forma indicada pela Administração, obedecendo aos prazos estipulados.

12.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo(a) Fiscal ou Gestor(a) do Contrato ou autoridade superior (artigo 137, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das condições do Termo de Referência e do respectivo Contrato Administrativo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade, operacionalidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência; sem descaracterização dos fundamentos que justificam o procedimento de inexigibilidade da licitação.

12.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

12.7. Credenciar junto a Administração um representante e número de telefone e e-mail para prestar informações, esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual.

12.8. Indicar, a pedido da Administração, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, quando necessários.

12.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.10. Responsabilizar-se, se necessário, pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração.

12.11. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.12. Manter durante a execução e vigência do respectivo Contrato Administrativo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



12.13. Cumprir, quando couber, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação pertinente, nos termos do artigo 116 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.14. Comprovar, quando couber, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.17. Cumprir as normas de segurança segundo a legislação federal, estadual e/ou municipal.

12.18. Executar o objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do(a) Gestor(a) do Contrato e seu respectivo Fiscal.

12.19. Submeter previamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência e/ou Contrato Administrativo.

12.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Fiscal do Contrato, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, a sede da CONTRATADA, ao local dos trabalhos ou produção, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

12.22. Realizar o fornecimento ou iniciar os serviços no prazo fixado pela Administração, em exato cumprimento as especificações estabelecidas no Termo de Referência e/ou Contrato Administrativo.

12.23. Manter a frente do fornecimento ou serviços, empregados, colaboradores ou profissionais qualificados, inclusive aqueles eventualmente apresentados na fase de habilitação ou outros previamente autorizados pela Administração.

12.24. Empregar boa técnica na prestação dos serviços.

12.25. Os serviços poderão ser executados fora do horário de expediente e em finais de semana, para garantir o pleno atendimento do interesse público, sem qualquer tipo de ônus para o Município de Novo Progresso/PA.

12.26. Apresentar ao CONTRATANTE, a qualquer tempo e se necessário, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

12.27. Executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as prescrições e critérios técnicos vigentes.

12.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990).





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



12.29. Todos os materiais e equipamentos utilizados para os serviços prestados, serão por conta da CONTRATADA prestadora de serviço.

12.30. A CONTRATADA deve ser responsável pela qualidade do objeto fornecido ou dos serviços prestados.

12.31. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas para proteção de dados pessoais ou informações a que tenha acesso.

12.33. Apresentar ao Fiscal do Contrato, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão nos órgãos públicos vinculados a Administração.

12.34. Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, a legislação tributária do Município de Novo Progresso/PA, especialmente de seu setor de contabilidade e Sistema de Controle Interno, especialmente quanto as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234/2012, sob pena de não aceitação por parte do Contratante.

13. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

13.1. O objeto será recebido provisoriamente, mediante Termo Detalhado com a verificação das condições técnicas, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Contrato Administrativo e na correspondente proposta.

13.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de (05) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, mediante Termo Detalhado pelo Gestor do Contrato, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação das condições de regularidade técnica do objeto.

13.4. O procedimento de liquidação da despesa, observará as diretrizes do artigo 63 da Lei Federal 4.320/64 ou a norma que vier a substituí-la.

13.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado as disposições do artigo 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento nos termos do artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/1964 ou a legislação a que vier a substituí-la.

13.7. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



13.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, qualidade e segurança do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, inclusive eventuais garantias extracontratuais.

13.9. O pagamento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 dias, após o recebimento da Nota Fiscal como instrumento de cobrança, ficando suspenso esse prazo na hipótese de não disponibilidade de todas as informações por culpa da CONTRATADA.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer com dolo ou culpa, quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, quais sejam:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano a CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público e coletivo;

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Inexigibilidade ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e

14.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação.

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; e

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

14.2. O atraso injustificado na execução dos serviços, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

14.2.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, no cumprimento das atividades, calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



14.2.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, no cumprimento da execução dos trabalhos, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do CONTRATANTE, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

14.3. A CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1. Advertência, pela inexecução parcial do objeto contratado, quando não se justificar penalidade mais grave;

14.3.2. Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de: inexecução parcial do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para a conformidade da vigência do contrato e deixar de celebrar o contrato após sua convocação para o ato;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de: inexecução total do contrato; não manter o valor da Proposta de Preços originária, salvo por fato jurídico superveniente justificado e comprovado e ensejar deliberadamente ou sem motivo justo a execução do objeto;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de: inexecução parcial do contrato e que cause grave prejuízo à CONTRATANTE ou ao interesse público; prestar de declaração falsa nos atos preparatórios da contratação ou ao longo da vigência do contrato; praticar ato lesivo ao art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013 e quando da aplicação da pena de impedimento de licitar com a Administração, nos termos do artigo 156, inciso III da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de: inexecução parcial do contrato e que cause grave prejuízo à Administração ou ao interesse público ou retardar sem motivo razoável e formalmente indicado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de: prestar declaração falsa nos atos preparatórios da contratação ou durante a vigência do contrato; praticar ato fraudulento; comporta-se de modo inidôneo; praticar ato ilícito e praticar ato lesivo ao art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013; bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.4. A sanção de multa moratória prevista neste instrumento, não impede a aplicação da multa compensatória também estabelecida.

14.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada medida processo administrativo de responsabilização.

14.7. A aplicação das sanções previstas neste contrato, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



14.8. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa da CONTRATADA.

14.9. Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na regulamentação municipal da Lei Federal n.º 14.133/2021

14.10. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Poder Executivo de Novo Progresso/PA e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

15. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com este Termo de Referência e respectivo Contrato Administrativo, bem como as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021 e legislação regulamentar do Município de Novo Progresso/PA.

15.2. As comunicações entre o Fiscal e/ou Gestor do Contrato e a CONTRATADA, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.3. O Fiscal do Contrato poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.4. Durante o período de vigência do Contrato Administrativo, por qualquer forma de contratação, será acompanhado e fiscalizado por agente público especialmente designado pela Administração, devendo este:

15.4.1. Promover a avaliação e fiscalização da adequada execução do objeto, solicitando à CONTRATADA ou seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento do Contrato Administrativo.

15.4.2. O(A) Fiscal do Contrato, deverá atestar, em conjunto com o(a) Gestor(a) do Contrato, as notas fiscais da CONTRATADA para efeitos de liquidação para pagamento.

15.5. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Município para o exercício financeiro de 2024, na seguinte dotação orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados aos Órgãos 03 - Secretaria Municipal de Governo, Projeto Atividade: 20004, Classificação Econômica: 3.3.90.39.00, Subelemento: 3.3.90.39.99.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante simples apostilamento.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se necessária, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante simples apostilamento.





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

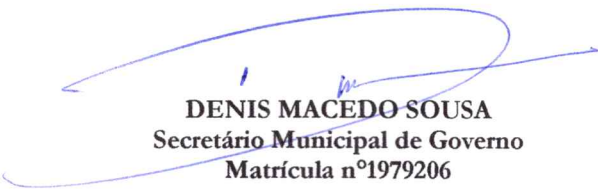
17.1. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

17.2. Vinculado a este Termo de Referência a Lei Federal nº 14.333/2021, e Decreto Municipal n.º 010/2024, bem como as demais legislações de regência.

Novo Progresso/PA, 04 de novembro de 2025.



Este Termo de Referência foi elaborado pelo(a) agente público Sr.(a) Ellen Cristina dos Reis Malinski- Matrícula 1265011, lotada no Gabinete do Prefeito de Novo Progresso/PA.


DENIS MACEDO SOUSA
Secretário Municipal de Governo
Matrícula nº1979206